

O MOMENTO

DIÁRIO DO POVO

EDITORIAL: 2022, O ANO QUE NÃO PODE ACABAR... PG.2

PRESSONAR LULA? A PEQUENA BURGUESIA E A QUESTÃO DO PODER NO BRASIL PG.4

AS CHUVAS E OS DESABRIGADOS NA BAHIA: A LUTA POR DIGNIDADE DOS ATINGIDOS PG.6

FAMÍLIAS DO MST CORREM RISCO DE DESPEJO EM ACAMPAMENTO NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ALMEIDA PG.7

BALANÇO DAS MOBILIZAÇÕES DO 4 DE DEZEMBRO PG.8

ENTREVISTA DO MOMENTO: ODJA BARROS PG. 10

A TEIA INVISÍVEL DO ARANHA PG.12

RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS PG.15

5G: O QUE A CLASSE TRABALHADORA PODE ESPERAR? PG.17

ESPAÇO CULTURAL - A IMPORTÂNCIA DO PRÊMIO JABUTI DE LITERATURA PG.19

MEMÓRIA - MARIA WERNECK DE CASTRO PG.21

EDITORIAL

Editorial: 2022, o ano que não pode acabar...



Foto: Nino Guimarães / PCB Bahia

Por Milton Pinheiro

O breve ano de 2021 aperfeiçoou a tragédia brasileira, com seus passos rápidos ele sempre se apresentou como um período de transição para o projeto burguês, para o governo Bolsonaro e para as hordas neofascistas. Foi um lapso histórico que deixou profundas marcas na sociabilidade brasileira: mortandade, desestruturação dos parques marcos de defesa social, profunda miséria, tempos de devastação...

No campo da esquerda socialista, 2021 foi um ano que devia ter sido abatido a partir dos seus primeiros sinais. Não obstante, esse breve lapso (ano) ter se colocado como o ombro no qual muitas forças políticas, à esquerda e à direita, que se confrontam na luta de classes, apoiaram-se para saltar para 2022, antes que os dias e os meses desse ano tivessem terminado.

A grave situação da Covid-19 somou-se às contradições políticas em sua complexidade. O grau de letalidade da pandemia foi devastador sobre a população brasileira. O bloco burguês, apesar das diferenças entre suas frações, encontrou unidade na janela de oportunidade para lucrar com o desemprego, a fome e a miséria, inflação/carestia, devastação ambiental, catástrofes "naturais" e as

políticas do governo federal. A burguesia interna, consorciada ao imperialismo, aprofundou todas as formas de exploração para aumentar suas taxas de lucros e, para isso, contou com o Estado e o governo de plantão.

A crise brasileira, em sua vasta condensação, sem a necessária politização revolucionária, tem afetado a classe trabalhadora, os pobres das mais diversas periferias e os enormes contingentes atacados pela sociabilidade capitalista. É uma crise sem precedentes em nossa quadra histórica que possibilitou abrir um enorme túnel na cena política brasileira, tornando público os horrores do neofascismo-obscurantismo-negacionismo-xenofobia e posturas assemelhadas. Essa lógica impactou a luta política e envolveu amplos segmentos médios da população com esses horrores, tornando a conjuntura brasileira imprevisível.

Ainda compondo esse quadro, o bloco burguês vem operando a crise do Estado capitalista para dela tirar imensas vantagens. A cena política não desvelada tem permitido a implementação de eixos que cumprem o papel de destruição do sentido público da vida social para conseguir

extraordinários ganhos econômicos, construindo o aperfeiçoamento de uma estrutura social que tem como centralidade colocar o trabalho na informalidade e gerar a luta de todos contra todos (empreendedorismo), e tudo isso em profunda relação de parceria com o governo do agitador fascista, Jair Bolsonaro.

Essa profunda crise não enfrentou ainda uma resistência forte e organizada, que pudesse modificar as balizas por onde as lutas de classes se manifestam. O bloco burguês permanece com grande protagonismo político, o Estado capitalista opera com o projeto da ordem para avançar no caos controlado e no golpe por dentro das instituições, o governo age no balcão de negócios do parlamento no sentido de cada dia mais aprofundar a contrarrevolução permanente, e, as hordas neofascistas, nos porões e/ou na via pública, movimentam-se para espreitar a crise com seu projeto de ruptura.

A esquerda socialista tem construído passos inconstantes via o movimentismo que não consegue organizar algo concreto; falta trabalho de base e programa, em uma palavra: falta a palavra de ordem que pode movimentar de forma organizada milhões de trabalhadores. A esquerda social-democrata e o oportunismo nacional-democrático operam no campo do politicismo tático, tendo como eixo agregador de suas ações o projeto Lula 2022.

As eleições do ano que já começaram há bastante tempo, mesmo com a sua importância, não podem contaminar o sentido da luta. É necessário entender que mesmo com Lula no governo, e agora numa perspectiva ainda mais rebaixada do ponto de vista dos interesses da população, a classe trabalhadora deve lutar organizada por suas bandeiras.

Sendo assim, é importante que os comunistas brasileiros apresentem uma candidatura no primeiro turno para que possa, de forma mais ampla, debater seu programa com a classe trabalhadora e o conjunto da população, movimentando e organizando a classe trabalhadora.

Todavia, o sentido da luta impõe um conjunto de ações que passa pelo trabalho de base, pela afirmação de uma frente única do bloco proletário e popular, pela construção de um amplo referendo revogatório das medidas burguesas (contrarreformas trabalhistas e previdenciárias, tornar sem efeito a lei do teto de gastos, cancelar as privatizações, anular o confisco do Banco Central pela iniciativa privada, tornar sem efeito todo arcabouço privatizante da ordem estatal, revogar a lei de (ir)responsabilidade fiscal, etc.).

Portanto, é urgente a organização de uma greve nacional para defender essas medidas e trabalhar na perspectiva da reorganização da classe trabalhadora e pela realização de um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT), sem hegemonismos autoproclamatórios e/ou as práticas nocivas e conciliatórias do sindicalismo de resultado.

O ano de 2022 há muito tempo floresceu nos escombros de 2021, precisamos ter centralidade na luta: trabalho de base, reorganização da classe trabalhadora, programa e perspectiva radical para transformar o Brasil. Tudo isso é possível e a luta já começou, quando vamos ocupar as nossas trincheiras?

EXPEDIENTE



Jornalista responsável
Milton Pinheiro MTB 72.595/SP
Conselho de Redação
**Camila Oliver, Milton Pinheiro, Rômulo Caires,
João Abreu e Rafaela Fraga**
Editora
Camila Oliver
Diagramação e Capa
João Abreu



o m o m e n t o b a

Colaboradores desta edição
**Flávia Rezende, Caroline Birrer, Gideão
Feliciano, Matheus Moreira, Emiliano Cunha e
João Aguiar**
Revisão
**Camila Oliver, Gabriel Galego, Luiza Brandão,
Anna Luiza e Rafaela Fraga**
+55 (71) 99299-1368
contato@omomento.org
www.omomento.org

PRESSONAR LULA? A PEQUENA BURGUESIA E A QUESTÃO DO PODER NO BRASIL



Foto: Domínio Público

Por Rômulo Caires

A palavra de ordem “pressionar Lula” tem circulado em muitos setores progressistas, especialmente aqueles com alguma posição crítica em relação à hegemonia petista, mas que ainda enxergam no ex-presidente e provável candidato em 2022 um importante elo na acumulação de forças contra o bolsonarismo. Além de entenderem o bolsonarismo como um fenômeno eminentemente eleitoral e, portanto, passível de ser vencido nas urnas, tais setores constantemente ignoram os efeitos da continuidade da conciliação como combustível da contrarrevolução no Brasil. Neste breve escrito, pretendemos elucidar o conteúdo de classe presente na palavra de ordem “pressionar Lula” e a partir do resgate de alguns processos históricos latino-americanos e brasileiros demonstrar os limites desta orientação política como norteador da reorganização proletária em nosso país.

No início dos anos 60, a realidade brasileira foi marcada pela ascensão das lutas de massa a partir do movimento operário e popular. A principal referência política da classe trabalhadora naquele momento era o PCB, que tinha construído, a partir do conjunto de formulações que desaguaram em seu V Congresso (1960), uma estratégia que visava como objetivo fundamental a edificação de um capitalismo autônomo em relação ao sistema do imperialismo e o avanço do processo de democratização da sociedade brasileira. Os males decorrentes dos restos pré-capitalistas impediam a consolidação de um Estado moderno, com capacidade de acolher a participação política de grandes massas, como também condicionava uma estrutura econômica incapaz de responder às demandas de carência da grande maioria da população brasileira. Naquele momento, o PCB e todo o conjunto de forças ao seu redor apostou alto na unidade nacional em torno de um programa de reformas que catapultasse a mobilização popular.

Surge assim a palavra de ordem “pressionar Jango” como uma tentativa de neutralizar as oscilações do governo e encaminhar sua orientação em direção às

prometidas reformas de base. No centro de tal palavra de ordem estava a crença de um caminho gradual em direção ao projeto democrático-nacional, desestimulando agitações mais confrontativas à ordem, combatidas sistematicamente sob a rubrica do “sectarismo”, como também estimulando um grande pacto nacional a partir da união das forças ditas patrióticas. A pressão, ainda que advinda de movimentos de massas, terminava se limitando a influenciar as instituições da ordem, sem um horizonte claro de ruptura com o capitalismo brasileiro e seu sistema de dominação. Mesmo se propondo um partido revolucionário, o PCB não conseguiu se diferenciar dos operadores políticos da ordem burguesa e o seu legalismo cobrou muito caro na derrota de 1964.

Sabemos que o pós-64 abriu brecha para que o diagnóstico do capitalismo brasileiro pudesse se enriquecer, como também a situação de grande violência estatal impediu que a “via democrática ao socialismo” pudesse estar na ordem do dia. Apesar de dissidências do partido e outras organizações terem rompido com os meios da oposição institucional e enveredado pela luta armada, com influência grande da revolução chinesa e cubana, o diagnóstico do “capitalismo incompleto” continuou hegemônico na esquerda brasileira. Esse tipo de análise, mesmo apoiada por setores da luta armada, tem como necessidade iminente algum tipo de expectativa na capacidade progressista de setores da burguesia. Mais ainda, tem como perspectiva central uma etapa prévia a ser realizada de acúmulo de forças para poder suplantar a ordem estabelecida.

Os anos seguintes ao golpe burgo-militar no Brasil foram ainda de grandes acontecimentos na América Latina. A experiência da Unidade Popular no Chile trouxe novidades nas formas de luta e mobilização popular, sendo capaz tensionar o sistema de dominação capitalista chileno, porém ainda apostando fortemente numa via institucional ao socialismo. A contrarrevolução neste país demonstrou que o apego à legalidade por um dos lados em luta

não impediu que as forças mais reacionárias pudessem se utilizar da violência bruta para impor a rearticulação radical da ordem econômico-política. Apesar das diferenças em relação ao processo brasileiro do pré-64, a experiência chilena do pré-73 possui uma similitude que pode ser generalizada aos países dependentes: a ausência de um amplo processo de consolidação democrática e de nacionalização da sociedade não pode ser resolvido a partir da recusa dos mecanismos de ruptura institucional, ou seja, da perspectiva revolucionária. Ruy Mauro Marini corretamente aponta como esse tipo de visão tem como conteúdo o horizonte de classe da pequena burguesia, aferrada à legalidade e quase sempre amedrontada diante dos setores mais radicais do proletariado. Tal política pequeno-burguesa não só foi ineficaz no avanço das conquistas populares como também deu origem aos próprios movimentos reacionários que subverteram a ordem no Brasil e no Chile.

Tais experiências aparentemente não foram suficientes para que as organizações advindas da rearticulação das lutas operárias e populares no fim dos anos 70 no Brasil recusassem diante de mais uma tentativa de propor uma estratégia gradualista. Mesmo partindo de uma crítica à estratégia nacional-democrática do PCB, o movimento que deu origem ao PT e à CUT e que hegemônizou a esquerda brasileiro nas décadas seguintes novamente insistiu em uma etapa “democrática” como via de acumulação de forças e superação dos resquícios “autoritários” da sociedade brasileira. A chegada ao governo somente ampliou o apego à ordem institucional em prol da secundarização da construção do poder popular. Qualquer horizonte crítico ao capitalismo foi suprimido em prol da “construção do Estado Democrático de Direito” e socialização de alguma participação política sem qualquer perspectiva real de socialização do poder. Como uma espécie de reencenação dos erros do pré-64, a centralidade da política pequeno-burguesa de unidade nacional desarmou o movimento operário e insuflou a contrarrevolução preventiva em nosso país. De alguma forma amplos setores sempre objetivaram “pressionar Lula” durante o seu governo e a guinada à esquerda constituía esperança sempre reatualizada.

Como foi desenvolvido em [outro texto](#), a origem do bolsonarismo não pode ser tomada como uma mera “regressão” na conjuntura brasileira ou uma “anomalia”, como tem sido constantemente afirmado por Lula. A progressão do desenvolvimento capitalista no país e a impossibilidade de manutenção da conciliação de amplos setores da realidade nacional deu sustentação às perspectivas de agudização dos conflitos sociais propostos pela extrema-direita. Nessa direção, enquanto as forças conservadoras não se importam com a legalidade e operacionalizam a estrutura de violência do Estado burguês em prol de seus interesses, a esquerda hegemônica insiste, como se nota por seus diagnósticos, em se referenciar na ordem institucional como via de saída da crise.

Nesse sentido, cabe a seguinte pergunta: se o bolsonarismo é efeito da crise do capitalismo e do sistema de dominação no Brasil, se as perspectivas de acumulação gradual de forças têm impacto na gênese e fortalecimento da extrema-direita brasileira, como podem se-

tores da esquerda conclamarem que a saída para nossa grave situação está em um apoio acrílico no retorno de Lula a presidência da república? Mesmo que na palavra de ordem “pressionar Lula” possa ressoar um conteúdo crítico, os setores que a movimentam se fundamentam quase sempre numa perspectiva de “mal menor” e de pânico moral, que joga a responsabilidade pelo fortalecimento da extrema-direita justamente nas forças que não aceitam a passividade legalista como arma de luta. São estes mesmos setores que se utilizaram amplamente da retomada das ruas em maio de 2021 como palanque eleitoral de um futuro pleito que se quer terá ocorrência garantida, enfraquecendo assim as demandas de saída imediata de Bolsonaro e seus asseclas.

A ruptura com a estratégia democrático-popular de “via eleitoral contra o bolsonarismo” não é equivalente a recusar qualquer aliança tática com tais setores dentro da esquerda. A ruptura aqui é com o conteúdo de classe que tal estratégia insiste em materializar e que historicamente dá combustível para a reação se rearticular em ofensiva contra a classe trabalhadora a partir das brechas geradas pelas crises contínuas na sociabilidade capitalista. Uma esquerda combativa não pode esconder o seu programa e nem renunciar a rupturas para se afirmar enquanto alternativa de poder. A insistência em políticas focais, a política de alianças com setores golpistas, a incompreensão radical da função das Forças Armadas, a incapacidade de diagnosticar o atual momento da sociedade capitalista mundial pode gerar vitórias eleitorais, mas seguramente não serão suficientes para pôr freio às reatualizações da autocracia burguesa no Brasil.

Se furtar até da apresentação de um programa político radical no primeiro turno das eleições de 2022 levará apenas a confusão ideológica e impossibilidade de se diferenciar dos setores anti-populares da direita brasileira. A tal comentada suposta aliança entre Lula-Alckmin não pode ser vista apenas como um jogo pragmático de cálculo eleitoral, mas indica o estreitamento da capacidade do capitalismo brasileiro de manter um sistema político que não esteja rigorosamente limitado em seus anseios. Olhemos para o Peru: a aposta em um presidente referenciado pelos setores mais combativos da sociedade peruana garantiu a vitória contra a candidata de extrema-direita, mas a partir da política conciliatória de Castilho e sua incapacidade de enfrentar a ordem econômica do capital sua popularidade tem despencado, abrindo flancos para a possibilidade de impeachment. No caso brasileiro, podemos até ter algum respiro a partir de uma vitória de Lula, mas o pacto social-liberal não terá a mesma condição de se efetivar e pode rapidamente desmanchar a popularidade do governo. Nesse sentido, não cabe ilusões com a política pequeno-burguesa de acumulação de forças dentro da ordem. A esquerda latino-americana não pode se furtar em questionar radicalmente a legalidade burguesa em direção a construção de autênticos organismos de poder da classe trabalhadora. As eleições podem ter uma função tática neste processo, mas não pode ser jamais tomada como objetivo em si.

AS CHUVAS E OS DESABRIGADOS NA BAHIA: A LUTA POR DIGNIDADE DOS ATINGIDOS



Foto: Isac Nóbrega/PR

Por João Aguiar

Desde dezembro o Sul da Bahia e o Norte de Minas, regiões fronteiriças entre os Estados, têm amargurado uma grande tragédia socio-ambiental em grandes proporções. Nas cenas das televisões, viram-se as chuvas inundando as cidades, as casas alagadas até o telhado, os rios cheios com a força de uma correnteza que para muitos nunca antes foi vista. Hoje, passadas as chuvas na maior parte das cidades da Bahia, o lamento das famílias que perderam tudo. Os escombros de casas esfreladas, das ruas destruídas, combinam-se com as doenças, a fome, o desespero, e tinturam a cena triste que despençou sobre os ombros dos trabalhadores da Bahia.

Por um lado, se as fortes chuvas são produto das mudanças climáticas aceleradas, provocando fenômenos dramáticos para a vida humana, o meio ambiente e a fauna local, por outro, os fatores sociais são consequências da condição exploratória que o capitalismo destina à vida humana. Os principais atingidos pelas fortes chuvas foram pessoas e comunidades pobres da classe trabalhadora.

No caso das cidades, a estrutura urbana demarca socialmente as comunidades que serão mais carentes do serviço público, da constituição de escolas, de espaços de lazer, de centros de saúde adequados. E também demarcará as moradias com os maiores fatores de risco, que na antessala de grandes tragédias, a pobreza clarevidente já denuncia os perigos. As comunidades ribeirinhas, rurais, indígenas e quilombolas, que sofrem a perseguição continuada dos latifundiários do agronegócio pela posse de suas terras, pagam todo o ônus do desmatamento e a substituição da vegetação nativa pelas monoculturas (tal como o Eucalipto), que fazem a terra não ser mais capaz de absorver as águas das chuvas, que acabam por escoar e inundam os vales, carregando dejetos aos rios.

Se os latifundiários e a especulação imobiliária são protegidos pelos governos e o Estado enquanto um balcão dos negócios capitalistas, o povo

trabalhador constituiu um grande empenho de solidariedade regional e nacional com os atingidos pelas chuvas. Centenas de campanhas de solidariedade foram organizadas por sindicatos, entidades estudantis, partidos operários e de esquerda, movimentos indígenas e de trabalhadores rurais.

A campanha SOS Litoral Sul, organizada pelo PCB e seus coletivos partidários, em conjunto a outras organizações políticas, mobilizou dezenas de lutadores sociais para se empenharem, dia e noite, a garantir cestas básicas e produtos de higiene para as famílias atingidas, enquanto um empenho nacional de mobilização política reuniu mais de 40.000 reais em poucos dias e ainda está em andamento. O MST a partir de seus assentamentos mobilizou toneladas de alimentos, como fez durante toda a Pandemia no combate à fome no Brasil. Assim como a iniciativa da UESC Solidária, a entrada em cena decidida do combativo DCE Livre Carlos Marighella (UESC), a ADUSC (sindicato), as representações indígenas Tupinambás e as comunidades Quilombolas locais deram os primeiros socorros aos segmentos da população mais atingidos. Demonstraram, na prática, a antítese quanto o desdém do governo federal, que através do presidente da república Jair Bolsonaro, se entretia com jetski em suas férias e debochando do povo, virava as costas para os acontecimentos da Bahia

Entre a esperança que surge no seio dos acontecimentos mais drásticos e o peso de quase 60.000 mil pessoas desalojadas, 21 mortos e cerca de 300 municípios (fora os distritos) atingidos pelas chuvas, a luta prosseguirá para que o poder público dê respostas aos desabrigados e as famílias que tudo perderam nas enchentes. A luta continuará pela plena restituição material das comunidades e povos desolados, àqueles que perderam suas moradias, seus móveis e suas terras, hoje vítimas de uma tragédia denunciada, mas que amanhã encontrarão a dignidade e seus direitos no seio da luta e da organização popular.

FAMÍLIAS DO MST CORREM RISCO DE DESPEJO EM ACAMPAMENTO NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ALMEIDA



Foto: Facebook Brigada Carlos Marighella - MST

Por Flávia Rezende

A pandemia do novo coronavírus alterou a rotina e a situação econômica de muitas famílias. Em Conceição do Almeida, município do recôncavo baiano, não foi diferente. Por isso, cerca de 50 famílias, que não tiveram como pagar seus aluguéis, passaram a ocupar há mais de 7 meses a área da antiga Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), abandonada há mais de 10 anos.

No local, que pertence ao Governo do Estado, as famílias encontraram uma alternativa para moradia e para a subsistência, já que a área tem sido utilizada para a produção de alimentos dessas pessoas.

Mesmo com a ocupação, o Governo do Estado publicou no Diário Oficial, no último dia 2 de dezembro, a concessão de uso dessa área por cinco anos para a Prefeitura. De acordo com a Administração Municipal de Conceição do Almeida, no local será construído um polo industrial, em uma área onde existe o maior banco de germoplasma da Bahia, além de um pedaço preservado de Mata Atlântica.

A Secretária Nacional de Movimentos Sociais, Vera Lúcia Barbosa, destacou a decisão do STF na ADPF 828, que estabelece que despejo durante a pandemia é crime. "Além de ser criminoso, é desumano. Por isso, precisamos lutar por uma medida para solucionar a situação dessas famílias, que necessitam do local para sobreviver. Nós vamos seguir resistindo e continuaremos produzindo nessa área, como tem sido feito, até que uma solução seja dada a esse impasse", salientou.

Para o dirigente estadual do MST, Paulo César Souza, a construção de um polo industrial nessa área, além de desabrigar 50 famílias, representará a destruição desse patrimônio ambiental. "É inadmissível que essas famílias sejam despejadas desse local. Além da questão humanitária, existe a questão da preservação ambiental. Por que é que a área estava abandonada há dez anos e só agora vai ser utilizada? É um absurdo! Nós queremos diálogo para buscar uma alternativa para essas famílias, que não têm para onde ir", disse o dirigente, que ressalta que o Movimento segue aberto ao diálogo.

BALANÇO DAS MOBILIZAÇÕES DO 4 DE DEZEMBRO



Foto: Divulgação

Por Caroline Birrer - militante do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro (PCB)

No dia 4 de dezembro, fomos às ruas gritar “Bolsonaro nunca mais”, como parte do calendário de luta dos 21 Dias de Ativismo no Combate à Violência Contra a Mulher e da Campanha pelo Fora Bolsonaro. Estivemos presentes construindo o bloco do Poder Popular e agitando contra a fome, o desemprego, as privatizações, as reformas administrativas e da previdência, o teto dos gastos, a irresponsável má conduta frente à pandemia de COVID-19 e pelo Fora Bolsonaro e Mourão.

Ainda que se trate de uma agenda do movimento feminista, é tarefa central apontar como vivemos um momento de aprofundamento das mazelas produzidas pelo sistema capitalista. A atual conjuntura afeta drasticamente a vida das trabalhadoras e dos trabalhadores. Além disso, a mobilização de dezembro também foi momento de denunciar o programa econômico de Bolsonaro e Paulo Guedes como responsável pela carestia, alta dos preços, privatiza-

ções, destruição do serviço público, fome, pelo alinhamento do governo federal com o projeto da grande burguesia nacional e internacional e como isso impacta nas nossas vidas.

Durante a pandemia, as desigualdades, já existentes e inerentes ao sistema capitalista, tornaram-se ainda mais evidentes e abissais. Chegamos à marca de 8,5 milhões de mulheres que perderam seus empregos, 116 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar e 19 milhões que passam fome. Nesse cenário, as mulheres negras são o setor da classe trabalhadora mais duramente atingido; são elas as chefes dos lares com maior insegurança alimentar.

Precisamos falar ainda do número de casos de violência doméstica, que também subiu a níveis absurdos durante a pandemia. Enquanto as estatísticas de violência de gênero avançam para as mulheres brancas, para as mulheres negras, trans e tra-

vestis só pioram, pois são as mais afetadas. Apesar de tudo isso, o governo de Bolsonaro e Mourão segue comprometido com a retirada de direitos da classe trabalhadora, o extermínio da população negra, o avanço das desigualdades de gênero e o lucro da classe dominante.

Ao passo em que a situação de nossa classe só piorou, temos o aumento da riqueza da classe dominante no Brasil e lucros extraordinários para os bancos e o agronegócio. O governo Bolsonaro seguiu a agenda neoliberal imposta ao Brasil à risca, e junto ao seu negacionismo e Estado policial, promoveu o genocídio de nossa classe. Exemplo disso é a cidade de Salvador, onde 100% dos assassinados pela polícia em 2020 foram pessoas negras, segundo levantamento da Rede de Observatórios da Segurança. Marchar contra Bolsonaro precisa ser marchar também contra todos os setores da classe dominante que o financiam e propiciaram sua chegada e manutenção no poder.

Os atos do dia 4 já foram marcados pela disputa eleitoral no Brasil. Muitos se-

tores que compunham as mobilizações estão alinhados com a pauta eleitoral para a disputa contra Bolsonaro apenas nas vias institucionais. Precisamos estar atentos! A luta contra Bolsonaro precisa se dar com a organização da classe trabalhadora e precisa passar as ruas e a organização nos locais de trabalho e moradia. Apenas retirar Bolsonaro e Mourão, mantendo o projeto neoliberal de austeridade e exploração, não vai trazer qualquer melhora para a vida de nossa classe. É fundamental revogar o teto de gastos e as contrarreformas da previdência e trabalhista; também precisamos impedir a reforma administrativa e avançar no combate contra a fome e a carestia na promoção de empregos e salários decentes.

Um projeto contra Bolsonaro e Mourão, mas aliado a setores da classe dominante, ao agronegócio e aos setores conservadores, não é uma saída – é uma armadilha.



Foto: Divulgação

ENTREVISTA DO MOMENTO: ODJA BARROS



Foto: Divulgação

Por Milton Pinheiro

Pastora Odja Barros – Pastora da Igreja Batista do Pinheiro (Maceió / AL), doutora em Teologia (Escola Superior de Teologia – EST)

O Momento – Recentemente, a senhora foi atacada de forma violenta nas redes sociais por ter realizado um casamento homoafetivo, o que isso representa?

Odja Barros - Isso representa para além de um ataque individual a minha liberdade religiosa e de crença, um ataque e ameaça aos valores de um Estado Democrático de Direito e de um Estado Laico. As pessoas não precisam concordar com as convicções de fé que me levaram a realizar a cerimônia do casamento civil-religioso de duas pessoas do mesmo sexo, mas, precisam respeitar esse direito conquistado pelas pessoas LGBTQI+ desde a decisão do Supremo em 2010.

A liberdade religiosa é uma garantia importante que fica ameaçada quando sofremos ameaças de morte por exercer nossa atividade religiosa devidamente autorizada pela igreja e grupo religioso que represento como pastora.

Tudo isso, representa o crescimento de um conservadorismo religioso reacionário alinhado e instrumentalizado pelo atual projeto de poder político que faz uso de um discurso religioso conservador como estratégia política.

O Momento - Como pastora evangélica, na sua avaliação, como deve ser a relação dos cristãos com os oprimidos do mundo atual?

Odja Barros - Na minha avaliação e na minha prática religiosa, busco seguir aquilo que deveria, a meu ver, ser a

relação de todos que se dizem cristãos com os grupos oprimidos do mundo atual. Inspirados em Jesus Cristo, suas palavras e seu exemplo, devemos assumir o lugar dos oprimidos. Foi isso que Jesus e seu movimento fizeram. Jesus, por exemplo, assumiu defesa das mulheres, crianças, prostitutas, leprosos, ou seja, pessoas proscritas do mundo da época. O próprio Jesus que é a revelação maior de Deus, se fez humano, e como humano, nasceu como um pobre galileu. Nasceu não em Templos ou Palácios, mas na periferia da Palestina, em lugar de guardar animais. Não esteve durante toda sua vida ao lado das elites de seu tempo. Nem elite religiosa e nem elite política. Caminhou entre os pobres, “os condenados da terra”. Essa foi sua escolha. Foi condenado a morte de cruz justamente por assumir o lugar dos oprimidos da sua época. Morreu como um bandido social. A morte de cruz era destinada aos bandidos sociais da época. Podemos dizer na linguagem atual que Jesus foi um ativista social e defensor dos direitos humanos. Se assim não fosse não teria morrido em uma cruz.

Esse é o lugar então, que deveria indicar aos seguidores da fé cristã, de que lado deveríamos estar a partir de nossa fé em Jesus Cristo de Nazaré. Mas, a maioria dos religiosos cristãos hoje fazem o caminho inverso ao de Jesus, estão do lado do poder, comendo da mesa do poder e contra os oprimidos. Isso é completamente incongruente com o Evangelho e a prática de Jesus.

O Momento - Vivemos numa conjuntura política

muito tensa, com ataques sem trégua às liberdades democráticas, como você avalia esse momento histórico?

Odja Barros - Como falei, vejo nesses ataques às liberdades democráticas, o avanço de um projeto político-religioso conservador. Não somente no Brasil, mas em toda América latina acontece uma tentativa de uma Aliança político-religiosa de extrema direita e seu esforço para reverter os direitos e conquistas de grupos como as mulheres, pessoas LGBTQI+, indígenas.

Mas, gosto de pensar também, pelo lado positivo, que essa reação conservadora, mostra o quando caminhamos e avançamos como grupos historicamente silenciados e invisibilizados e como é potente e ameaçador para as estruturas de poder a liberdade dos corpos das mulheres, das pessoas LGBTQI+. Precisamos celebrar! O mundo não é mais o mesmo. E o mundo que os conservadores querem trazer de volta nunca mais voltará, porque não tem como calar mais nosso grito por um mundo mais justo e igualitário. Que seja um mundo que caibam todos e todas! Um mundo para todos “os mundos”!

O Momento - Temos acompanhado uma conduta obscurantista em relação à tolerância religiosa, como modificar essa situação?

Odja Barros - Acredito no caminho apontado por Jesus Cristo: “Todos conhecerão que são meus discípulos e discípulas quando vocês se amarem”. O caminho do amor, nos reconhecemos todos e todas, independente da fé ou não-fé, como irmãos e irmãs. Acredito, como dizia o arcebispo Desmond Tutu: “Deus não é Cristão”. Deus não é propriedade de nenhuma religião. Deus, segundo as Escrituras Bíblicas, é amor. Quem ama conhece a Deus diz a Bíblia. Então, é por esse caminho que devemos seguir para enfrentar essa cultura de intolerância religiosa. E para isso, talvez, seja necessário, disputar o próprio cristianismo. Essa história única de um cristianismo colonizador que foi trazido pelos primeiros missionários, deixou essa herança de uma fé cristã intolerante, que se afirmou na negação, destruição e na eliminação da diversidade religiosa que existia e sempre existiu. A fé cristã precisa deixar de ser um projeto de conquista, para ser um projeto de amor. É preciso mostrar que a fé cristã nunca foi sobre um Deus acima de Todos, mas de um Deus-Conosco, no meio de todos, entre todos, entre as diversas maneiras de amor e viver a fé.

O Momento - Você integra a Aliança de Batistas do Brasil, como é entendido dentro dessa entidade religiosa a questão das opressões?

Odja Barros - A Aliança de Batistas do Brasil é um “oásis” no meio desse mundo religioso conservador e intolerante. Participei junto com a Igreja Batista do Pinheiro, da Formação da Aliança. Um grupo que, a partir da identidade Batista, resgata os princípios históricos dessa tradição que foram capturados pela linha batista conservadora que se instalou no Brasil. A Aliança resgata os princípios das liberdades individuais, liberdade religiosa, e o compromisso com um Evangelho de amor e igual-

dade. A Aliança, desde sua origem, afirma a igualdade das mulheres e de pessoas LGBTQI+ na sociedade e na igreja como um valor cristão. A Aliança tem assumido um lugar de defesa dos direitos dos grupos oprimidos no espaço públicos evocando nossa fé cristã e batista.

O Momento - Quais são as pautas que devem orientar as ações dos cristãos no Brasil?

Odja Barros - São muitas as pautas que devem orientar as ações das igrejas cristãs no Brasil: A fome, a desigualdade, o racismo ambiental e estrutural, a violência contra crianças, mulheres, juventude negra, comunidade, corpos trans e LGBTQI+. Justiça econômica, ambiental e de gênero. Educação pública e de qualidade. Tudo que resulte em vida e vida em abundância para os mais pobres e excluídos. Afinal, Jesus, disse: Eu vim para que tenham vida e vida em abundância.

O que não deve ser pauta para cristãos é essa “falsa pauta moral” que tem sido agenda manipulada há muito pelos interesses de governos conservadores. A pauta moral é usada como “cortina de fumaça” para iludir cristãos e cristãs. o discurso sobre a família tradicional, ou a pauta anti-gênero tem sido explorada pela bancada católica e evangélica para fortalecer um projeto político conservador e autoritário. Haja vista o tripé utilizado na campanha do atual governo: Deus -Pátria-Família.

Em resumo, não deveria haver uma pauta cristã, e muito menos, uma pauta evangélica. As igrejas e líderes cristãos devem estar defendendo e construindo uma pauta a favor da população em geral. Pautas que resguardem e garantam o direito dos grupos mais empobrecidos e excluídos. Isso é um princípio que está em toda Bíblia: “abra a boca a favor dos que não podem se defender”. Lutar pelos direitos dos mais empobrecidos. No contexto bíblico, estes estavam representados em 3 grupos específicos: pobres, viúvas e estrangeiros. Os grupos mais desprotegidos socialmente.

O Momento - Qual a mensagem que você gostaria de deixar nesse momento tão grave da vida nacional?

Odja Barros - A mensagem que deixo é: A fé cristã é uma força amorosa e revolucionária. Não podemos deixar que o legado da fé cristã seja instrumento nas mãos de políticos e religiosos inescrupulosos que abusam da fé do povo para produzir intolerância, violências, opressão.

Inspirada em Jesus, minha fé e minha luta me levam a assumir o caminho do amor e da luta por um mundo justo. Penso que esse momento grave do nosso país, convoca a todas as pessoas, grupos cristãos identificados com Jesus de Nazaré, a superarem pequenas diferenças, e se reunir e unir, nessa disputa do que se chama cristianismo no Brasil. Precisamos mostrar outra face desse cristianismo, a face do cristianismo que gera vida e não morte, que produz amor e não intolerância, que produz acolhimento e inclusão e não exclusão, que não é um projeto de poder, mas um projeto de serviço “aos menores desse mundo”.

A TEIA INVISÍVEL DO ARANHA



Foto: Erick Mclean

por Emiliano Cunha

Recentemente, observamos mais um avassalador lançamento para os cinemas das franquias Marvel. Estima-se que “Homem-Aranha: sem volta para casa” tenha ocupado cerca de 95% do circuito exibidor nacional, estabelecendo um novo recorde para o setor. Isso quer dizer que, caso você esteja de boabeira em um sábado à tarde e decida ir ao cinema, é bem possível que, depois de uma folheada pela programação no jornal ou navegador, você tenha que optar pelo mesmo filme. Ou melhor, pelo mesmo filme em inglês ou dublado, sejamos justos.

Na minha adolescência, tinha uma assinatura de quadrinhos da Marvel. Lembro bem da ansiedade de cada início do mês com a espera pela chegada das seis revistas dentro daquele pacote verde pálido. A leitura era voraz, consumida em poucos dias. Em seguida, havia o ritual de troca com amigos no colégio. Muitas partidas de futebol e flertes adolescentes foram sacrificados pelas sessões de escambo nos corredores vazios, ou até mesmo na própria sala de aula.

Um pouco antes, no final da minha infância, meu pai teve uma locadora de vídeo com alguns

amigos. O negócio fechou e boa parte do acervo em VHS acabou, literalmente, no meu quarto. Ali, cercado por múltiplos universos em fita magnética, pude dar as primeiras braçadas nessa paixão chamada cinema. Como um típico pré-adolescente, assistia a todos filmes do Wes Craven, sempre em busca de um próximo título mais aterrorizante. Muitas das fitas não possuíam a capa original, então eu era guiado pelos títulos. Assim, eventualmente esbarrava em alguma visceralidade do Cronenberg, ou em um barroquismo de Glauber. Eu via de tudo, fiel ao lema de nunca abandonar nenhum filme. Especialmente, claro, quando a empreitada era no cinema. Uma vez na poltrona da sala escura, nela até o fim. Custe o que custar.

As HQs duraram um pouco mais na minha vida, eventualmente cedendo espaço para os jogos de RPG, livros e reuniões dançantes. No fim, ficou o cinema, que hoje me acompanha também como profissão - sempre como fascinação. Na minha fase Marvel, confesso que não me identificava tanto com o Aranha. Eu era mais chegado ao Demolidor e ao Motoqueiro Fantasma, cujas adaptações cinematográficas, para minha infelicidade, foram, diga-

-se de passagem, catastróficas. Mas entendo muito o carisma que Peter Parker exerce nas pessoas: ele poderia ser aquele nosso vizinho despercebido, ou até um daqueles moleques que ficam trocando revistinhas na sala de aula durante o recreio.

O fato é que a timidez e a discrição do jovem Peter Parker estão a multiversos de distância do estrondoso lançamento que o filme teve nos cinemas. Ou melhor, ao que esse tipo de lançamento predatório representa em diversos aspectos. Podemos levantar uma série de hipóteses sobre o porquê de isso acontecer. Poderíamos, por exemplo, falar sobre a eficiência histórica que a indústria norte-americana do entretenimento audiovisual teve em consolidar um tipo de linguagem e uma forma de narrativa de ótima e universal recepção, e, consequentemente, de fácil exportação. Até os (ex) soviéticos Pudovkin e Eisenstein, lá à porta da década de 1920, exaltaram a potência da linguagem clássica norte-americana, capaz de raptar a atenção do espectador.

Essa análise histórica, todavia, nos tomaria muitas linhas. Então, troquemos o foco para o agora. É imprescindível abordarmos, por exemplo, as consequências da pandemia ao circuito exibidor. E, em paralelo, na nossa própria cultura de ir ao cinema - bastante comprometida, aliás, já antes desse evento trágico que ainda não nos deixou por completo. Após longos meses de restrições e fechamentos, as salas de cinema voltaram a abrir. Muitas, inclusive, com suas capacidades máximas. E é de se comemorar ver, em tempos de streamings, como o cinema ainda é capaz de movimentar tanta gente. Pois, convenhamos, não há experiência audiovisual mais completa do que com a tela grande, a sala escura, o som envolvente e a partilha do momento com algumas dezenas de pessoas (todas, esperamos, de máscara e vacinadas).

Tenho certeza de que as salas abarrotadas de gente para ver (o mesmo) filme, com pré-vendas de ingressos a todo vapor, deve ser motivo de comemoração para os donos das salas. Afinal, foi um longo e árduo período para se manter tamanhas estruturas e pessoal. Me refiro a donos de salas em multiplex, evidentemente. Complexos que contam com um estofo maior, muitas vezes assegurados de lastro e investimento de multinacionais. Estruturas que, apesar das sabidas dificuldades, conseguiram retomar suas atividades para recuperar a economia congelada por tanto tempo. Todavia, se ousarmos colocar o circuito exibidor “alternativo” nessa equação, grande parte dele composto por cinemas de rua e/ou mantidos por iniciativas públicas, a matemática fica absolutamente desleal.

Outra razão que precisamos evidenciar é que

os filmes da franquia Marvel são, na sua grande maioria, ótimo entretenimento. Tratam-se de produções tecnicamente impecáveis, com roteiros que entregam o que os fãs esperam, e um elenco de peso. Porém, mais do que isso, há o “fator Marvel”. Além da riqueza dos personagens e universo ficcional em si, há também a sólida relação já pré-construída com os fãs (trans-geracionais, inclusive) - um marketing espontâneo por natureza de proporções gigantescas.

Esses pontos levantados (mais possivelmente muitos outros que não conseguiria dar conta aqui), aliados ao ostensivo e pesado investimento no marketing em cima da franquia como um todo, são, sem dúvida, receita para o sucesso. Mas penso que precisamos problematizar esse panorama. Por isso, pergunto: antes da pandemia, o cenário era muito diferente desse? Isto é, quando um novo lançamento, de uma grande franquia (ultimamente atrelada aos universos dos heróis, mas sempre lembrando que há muitos outros por aí e por vir como, por exemplo, o quarto filme Matrix) chegava às salas de cinema, como ficava o espaço para outros filmes, de outros gêneros, de outras línguas e linguagens? E para o cinema nacional?

Um mínimo esforço de busca facilmente responderia às questões colocadas. O fato é que há uma grande tendência dos exibidores em priorizarem uma certa cinematografia - em geral, caracterizada por blockbusters, grandes franquias, etc. E, em uma primeira análise e sob a luz fria do mercado, faz sentido: oferta e demanda. Por que ocupar salas e horários com filmes que “não atraem público”? É, sob essa lógica, mais interessante priorizar as melhores salas, dias e horários para esses filmes, relegando o que resta para alguma outra produção que, porventura, esteja em cartaz naquela semana.

O que me parece vil nessa lógica é que ela não só se auto-sustenta, como também se retroalimenta em um ciclo, quiçá, sem fim. Para ampliar o debate, e fazendo uso da licença poética, recorro ao conceito de metanarrativa para ampliar o debate. Com o perdão de Jean-François Lyotard, poderíamos resumir a metanarrativa como narrativas e verdades inquestionáveis e totalizantes. Falemos sobre o filme aqui em foco, por exemplo (como facilmente poderia ser qualquer nova continuação de “Os Vingadores”, ou uma prequel do universo concorrente da DC). Nessas produções, há o massivo e - na perspectiva de um produtor e realizador audiovisual brasileiro - intransponível investimento em marketing de lançamento, consolidação da “marca”, apelo aos fãs e, claro, total e literal abertura do circuito exibidor para elas criarem as bases para a tal metanarrativa. Ou seja, somos praticamente impelidos a irmos ao cinema assistir

ao novo filme do Homem-Aranha, porque ele está passando em todas as salas de cinema, e porque todo mundo está indo. E, claro, porque não há, praticamente, nenhum outro para assistir em cartaz.

Se fôssemos ancorar nossa análise estritamente sob o viés da indústria audiovisual nacional - indústria, aliás, responsável pela geração de milhares empregos, impostos e incentivo a economias regionais e nacional -, a crítica ao atual panorama do nosso circuito exibidor seria ainda mais severa. Mas tento, aqui, fugir um pouco desse ponto, e proponho nos ater à questão da pluralidade. Ou, para usar um termo do metiê mercadológico, a tal "liberdade". Independente de sermos apaixonados pelas adaptações Marvel (e afins) ou não, creio que fica claro que "liberdade de escolha" não é exatamente aquilo que encontramos quando e se nos dispomos a ir ao cinema. E isso é algo que deveria ser palco de debate. Lembram daquele pré-adolescente que foi presenteado com o acervo de uma locadora de vídeos? Pois então, aquele jovem aprendiz a cinéfilo teve o privilégio de poder escolher entre uma oferta extremamente variada e rica de cinematografias, de diferentes subjetividades, ritmos, gêneros, temáticas, culturas, línguas e linguagens - dos blockbusters da época aos filmes mais desafiadores. O contato, o atrito com diferentes formas de se pensar e fazer cinema, invariavelmente, abre nossos horizontes para a diversidade de ser e estar no mundo.

Ofertar tais possibilidades de cinema de uma forma mais acessível, democrática e minimamente isonômica é algo, portanto, que merece nossa atenção. É questão de formação, de política pública, de se pensar e construir em sociedade. Quanto mais somos tensionados por múltiplas formas do fazer cinematográfico, mais ampliamos as fronteiras do nosso imaginário, e passamos a desejar outras experiências estéticas. Ao contrário, quando nosso horizonte cinematográfico é raptado por algumas poucas formas de expressão, a tendência é que nosso desejo fique também restrito a elas e a suas pequenas variações. E que fique bem claro: essa provocação não é para gerar culpa naqueles que gostam das adaptações da Marvel e outras obras semelhantes (entre os quais, de certa forma, me incluo). Pelo contrário, que esse fenômeno de consumo em massa seja um estímulo à reflexão.

Há alguns bons exemplos de cinematografias que, através de vontade, visão e ações políticas perenes conseguem estimular o consumo de filmes e de produções audiovisuais realizadas no próprio país, exaltando sua cultura. A França, por exemplo, consegue manter um dos market share mais altos do mundo para as produções nacionais (algo entre 35 e 40% contra uma média nossa que fica em torno

dos 12%, salvo alguns fenômenos pontuais de audiência). Os franceses conquistaram tal feito - de estímulo não só à indústria nacional, mas essencialmente à diversidade - com regulação do número de salas que exibirão o mesmo lançamento em um mesmo complexo, entre outras ações. Aliás, a França também está prestes a aprovar uma cota de produção nacional entre os gigantes do streaming.

Por aqui no Brasil, recentemente, a Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados aprovou o projeto que torna permanente a cota de tela para o cinema nacional. Em tese, uma boa notícia. Na prática - diante de um cenário de sucateamento e inanição não só da Ancine, mas da cultura como um todo, orquestrado pelos atuais representantes do Executivo -, a falta de fiscalização gera constantes situações de monopólio de salas por um mesmo mega lançamento. Como é o caso do filme do miranha.

Como ex-leitor das revistas Marvel, lembro que gostava muito das sessões "E se...?". Eram narrativas mais curtas em que se alterava a realidade, misturavam-se universos e/ou acontecimentos históricos, gerando um sem fim de possibilidades. Por isso, lanço também essa proposta: e se tivéssemos mecanismos regulatórios mais ativos e eficientes para a proteção e promoção de produções nacionais? E se a cultura audiovisual fosse tema abordado já na nossa formação? E se tivéssemos, historicamente, acesso a diferentes formas de expressão dentro do audiovisual?

Talvez um dos grandes trunfos do capitalismo seja o de gerar desejos e necessidades onde antes não havia. Eu já passei por isso, você já passou por isso, todos passamos por isso. Às vezes, conseguimos acionar nosso gatilho crítico e frear o impulso, mas nem sempre é algo fácil ou consciente. Vou um pouco adiante: o capitalismo é um grande forjador de imaginários. Quando menos esperamos, mais uma peça de nossa subjetividade é encaixada por forças que fogem da nossa compreensão. É um processo inevitável. Mas, quem sabe, para agora o antídoto esteja na própria fórmula. Isto é, na construção de outros desejos, de outros imaginários. Mas, para isso, é preciso quebrar o monopólio da experiência. E é aí que entram as políticas públicas. Projetos de Estado, não de governos. Múltiplas e incisivas ações que, paulatinamente, vão nos munindo de ferramentas estéticas que nos façam perceber e reivindicar experiências muito além das teias invisíveis em que, quase sempre, acabamos enredados.

RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS



Foto: Bruno Santos - LabFoto - Facom / UFBA

Por Caroline Birrer - militante da célula Horácio Macedo de trabalhadores da universidade (PCB)

No dia 12 de novembro, o Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia (UFBA) decidiu por unanimidade pelo retorno presencial das aulas e atividades a partir do semestre de 2022.1, e pela retomada gradual das atividades administrativas a partir deste ano. Assim como o processo de ensino online com os semestres suplementar e especial, a decisão de retomada presencial veio sem grande mobilização para o debate do conjunto da Universidade. As entidades estudantis presentes, DCE e APG, acataram com poucas ressalvas a proposta da direção central da UFBA, e nenhuma das entidades fizeram assembleias ou reuniões prévias para discutir profundamente o posicionamento no referido Conselho.

A retomada das atividades presenciais na UFBA segue a mesma tendência de outras Universidades Federais que já vinham sendo pressionadas para a retomada desde antes do processo de vacinação. Alguns critérios aprovados para a retomada seguem

constantes nas resoluções aprovadas, como a necessidade de comprovação do processo vacinal completo, notificação em caso de qualquer sintoma associado à COVID-19, além do uso de máscara e álcool nas unidades e espaços da Universidade. Para além dessas recomendações básicas, não há muito detalhamento de como isso será colocado em prática, e foi passado para cada Unidade a responsabilidade de controle em seus prédios.

Aqui já podemos traçar algumas problemáticas desse cenário, associando-o ao limite de gastos para a folha de pagamento de serviços da Universidade, imposto pela Emenda Constitucional 95. Como vamos garantir o controle da entrada nos campi da Universidade de pessoas com o plano vacinal completo e a análise da temperatura? Antes mesmo da pandemia, o controle de acesso e segurança dos campi já era defasado, e sabemos que o fluxo de pessoas é intenso nas Unidades: estudantes, pós-graduandos,

professores, terceirizados, técnicos administrativos, vendedores e população em geral. Ainda com a verba fortemente comprometida com os últimos contingenciamentos pelo MEC e MCTI, que chegaram a 20% do orçamento na UFBA e impactou mais fortemente as Universidades do nordeste, como iremos financiar os equipamentos para medir temperatura, álcool e EPIs?

Ainda em agosto de 2021, os reitores das Universidades dos estados do Nordeste cobraram, em audiência pública da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, o descontingenciamento das verbas para o retorno presencial, sendo relatada a falta de pessoal e de verba para contratações, manutenção de limpeza dos campi e compra de equipamentos. O orçamento discricionário para Universidades e Institutos Federais foi reduzido de R\$7,4 bilhões, em 2014, para apenas R\$4,5 bilhões neste ano. Na região Nordeste, os recursos caíram de R\$2,1 bilhões para R\$1,3 bilhão - praticamente a metade.

Do momento da audiência pública até a escrita deste texto, o orçamento das Universidades não recebeu alteração, e nem houve o descontingenciamento da verba; porém, as mesmas Universidades que apresentaram a falta de verba como prerrogativa para o retorno, agora trazem planos de retomada presencial das atividades sem pautar de forma coerente os limites da Universidade no atual contexto.

É histórico o enfrentamento ao cenário de falta de salas para as atividades acadêmicas (inclusive de ensino), salas de aula mal ventiladas e mal equipadas, com espaço insuficiente para o número de alunos, banheiros sem sabão ou água para lavar as mãos, falta de água e energia nos camí. Num contexto de pandemia, a estrutura da Universidade não comporta a manutenção dos protocolos de distanciamento social e higiene recomendados. Estudantes e trabalhadores terão que se deslocar acessando o transporte público lotado e ineficiente até a Universidade, e o próprio acesso aos EPIs

é limitado para aqueles estudantes de baixa renda - maioria do corpo discente.

Ainda, uma parcela considerável do alunado e dos pós-graduandos voltaram para suas cidades de origem devido à pandemia, e o aumento de custo de vida na capital baiana é uma realidade latente, com o país num processo inflacionário e os itens básicos de alimentação sofrendo reajustes que deixam cerca de 80% da população brasileira em situação de insegurança alimentar. Este é um agravamento necessário para pensar a permanência na Universidade, que envolve também as condições de vida nas cidades dos campi. Não sabemos sequer se a estrutura permite o acesso aos Restaurantes Universitários, uma vez que os mesmos têm compartilhamento de pratos e talheres nas refeições e espaço físico limitado.

Cabe ressaltar também que a maioria dos membros da comunidade acadêmica estarão necessitando da aplicação da terceira dose dos imunizantes no início de 2022.1, trazendo mais um problema de logística para o período completo de imunização de 14 dias após a aplicação da dose de reforço. Estamos observando o avançar de novas variantes, inclusive a variante ômicron que tem potencial para burlar a imunização conferida pelas vacinas até então aplicadas. Não temos sequer um plano já aprovado pelo governo federal para a aplicação da terceira dose ou para a segunda dose àqueles que tomaram o imunizante de dose única da Janssen.

Dado todos esses fatores, a apressada decisão de retomada das atividades presenciais, sem um amplo debate com todos os setores da Universidade, aparece como um passo equivocado e que novamente deixa um setor amplo do corpo universitário mais vulnerável e passível de evasão.

5G: O QUE A CLASSE TRABALHADORA PODE ESPERAR?



Foto: Shiwa ID

Por Matheus Moreira

“Queremos saber o que vão fazer
Com as novas invenções
Queremos notícia mais séria
Sobre a descoberta da antimatéria
E suas implicações
Na emancipação do homem, das grandes populações
Homens pobres das cidades, das estepes, dos sertões”
(Queremos Saber, Gilberto Gil)

Entre os dias 4 e 5 de novembro de 2021, ocorreu a maior licitação da história das telecomunicações brasileiras: o leilão do 5G. Neste, que foi o maior leilão do gênero na América Latina, 85% das faixas de frequência foram arrematadas por aproximadamente R\$47 bilhões - mais do que os leilões do 3G, do 4G e a privatização da Telebrás somados.

Os principais lotes, de alcance nacional, foram arrematados pelas três gigantes (Claro, Vivo e TIM) que já dominam o mercado brasileiro de telecomunicações. Além de outras provedoras menores, que já transitavam no mercado de internet banda larga e telefonia fixa e móvel, cinco novas operadoras adquiriram lotes de frequência: Winity II Telecom, Brisagnet, Consórcio 5G Sul, Cloud2U e Neko Serviços.

Os contratos estipulam que as vencedoras do leilão terão direito de exploração de até 20 anos e as primeiras metas determinam que, ao menos, as capitais estaduais estejam cobertas até julho de 2022. A expectativa é de que todas as cidades do país com mais de 30 mil habitantes estejam cobertas até 2028. Além disso, outras contrapartidas que deverão ser ofertadas pelas vencedoras são: investimento na infraestrutura de fibra óptica na região

Amazônica, em conformidade com o Programa Amazônia Integrada e Sustentável (PAIS), do Governo Federal; estruturação da rede privativa da Administração Pública Federal; expansão da cobertura de internet aos mais de 31 mil quilômetros de rodovias federais e a mais de nove mil localidades e povoados hoje desassistidos; investimento em projetos de conectividade nas escolas; e entregas de kits de televisão para famílias de baixa renda registradas no CadÚnico.

Contudo, haja vista a má qualidade e os preços abusivos dos serviços oferecidos hoje, assim como as numerosas reclamações colecionadas pelas empresas prestadoras de serviço de telecomunicações, o que a classe trabalhadora pode esperar do advento do 5G a esse mercado? Especialmente, visto que as mesmas gigantes responsáveis por esses serviços duvidosos são aquelas que abocanharam as maiores fatias das faixas de frequência?

O 5G é o novo padrão tecnológico para a quinta geração de redes móveis e banda larga e é caracterizado por oferecer redes até vinte vezes mais rápidas, tempos de resposta até cinquenta vezes menores e eficiência energética de até 90%, em comparação com a geração anterior, o 4G. Com efeito, o novo padrão representa um

salto técnico em comparação com tecnologias anteriores. No entanto, é improvável que opere milagres em um cenário de altíssima desigualdade de acesso à internet, em decorrência, sobretudo, da má distribuição de antenas por habitantes. De acordo com o Mapa da Desigualdade de setembro de 2021, no Itaim Bibi, bairro nobre de São Paulo, há 50 antenas para cada 10 mil habitantes, enquanto em regiões mais pobres, como Cidade Tiradentes e Jardim Helena, esse número cai para 1 antena a cada 10 mil. É digno de nota que estas estatísticas foram divulgadas um ano depois de Bolsonaro, por meio de decreto do dia 1º de setembro de 2020, reduzir o poder das prefeituras de regular a instalação de novas antenas, suspendendo taxas municipais e afrouxando o licenciamento ambiental, com o suposto objetivo de agilizar a adoção do 5G.

A distribuição iníqua, por sua vez, leva a uma sobrecarga da atual infraestrutura, baixando a velocidade de que os atuais usuários desfrutam: de acordo com o Speedtest Global Index, da empresa Ookla, especializada em métricas de internet, em novembro de 2021, o Brasil estava em 78º entre 138 países no quesito velocidade de internet móvel, atrás de nomes como China, Vietnã e Laos.

A despeito do cenário atual, o ministro das Comunicações Fábio Faria (PSD-RN), embevecido pelo sucesso do leilão do 5G, alegou que a celebração dos contratos, ocorrida um mês após o fim do leilão, seria "o primeiro passo para conectar 39 milhões de pessoas que hoje não têm acesso à internet". O próximo passo, ainda segundo o ministro, seria tornar o país um "hub de inovação", de modo a trazer ao Brasil uma empresa produtora de chips.

Vale lembrar, entretanto, que seis meses atrás, em junho de 2021, o mesmo governo federal sancionou a extinção do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC), estatal sediada em Porto Alegre que é a única empresa na América Latina a dominar, de ponta a ponta, a produção de chips e semicondutores. Para frustração do governo entreguista, três meses depois da sanção, o Tribunal de Contas da União ordenou que se suspendesse a liquidação e que o Ministério da Economia apresentasse justificativas para a privatização da estatal. No momento da escrita deste artigo, a liquidação continua embargada e a suspensão deu novo fôlego a parlamentares e trabalhadores do CEITEC que apoiam o Projeto de Decreto Legislativo 588/20, do Senado Federal, que pretende enterrar de vez a liquidação.

Liquidar o CEITEC em benefício de transnacionais não é apenas relegar a empresas estrangeiras o controle sobre nossa linha de produção de chips, como é também precarizar as condições de trabalho dos profissionais daqui, visto que essas transnacionais costumam reservar os cargos mais altos (e de maior remuneração) para profissionais de seus países de origem ou contratados alhures (via outsourcing, por exemplo), empurrando, pois, para baixo os salários da classe trabalhadora brasileira.

Caso siga o exemplo de outras experiências mais adiantadas, a implantação do 5G no Brasil pode acarretar também o encarecimento dos dispositivos compatíveis com esse novo padrão. De acordo com a Business Insider, em 2020, os smartphones totalmente compatíveis com o padrão 5G foram anunciados pelo preço mínimo de

US\$1.000 nos Estados Unidos (o equivalente a R\$5.600 no Brasil, em média). No ano anterior, dispositivos de linha premium compatíveis com 4G custaram a partir de US\$750.

Há ainda, nesses mesmos países nos quais o 5G comercial já se encontra em operação, a expectativa de que esse novo padrão exerça um papel crucial no avanço de tecnologias mission-critical push-to-talk (MCPTT), empregadas na comunicação entre agentes de segurança pública. Uma pesquisa de opinião de 2018 feita pela empresa Ericsson concluiu que 71% dos tomadores de decisão em segurança pública planejavam investir em 5G a fim de melhorar a eficiência operacional. O 5G será capaz - espera-se - de prover a essas tecnologias redes mais resilientes, de alta disponibilidade e mais integradas, bem como baixa latência (atrasos na rede) e melhores serviços de localização. E essas tecnologias já têm sido assimiladas pelos sistemas de segurança pública brasileiros: a minuta do termo de referência do Projeto Vídeo-Polícia Expansão, da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, já previa a compra de dispositivos de comunicação padrão 3GPP (compatível com os MCPTT) para agentes policiais.

A mesma Secretaria de Segurança Pública tem empregado reconhecimento facial - solução considerada controversa, em razão de seu potencial discriminatório - para detecção de "suspeitos", como bem apontou The Intercept Brasil, em reportagem de 20 de setembro de 2021. O uso das câmeras de reconhecimento facial, hoje mantido a título de projeto-piloto, está em vias de se tornar política pública, mas já mostrou seu viés racista. Se a História recente servir de lição, o 5G, apesar de sua promissora pujança técnica, pouco contribuirá para que a classe trabalhadora viva mais segura. Muito ao contrário, periga tornar mais "eficiente" um sistema de segurança pública calcado no racismo - cuja polícia, em Salvador, no ano de 2020, matou exclusivamente pessoas negras, segundo pesquisa da Rede de Observatórios da Segurança.

Convém ter em mente que o 5G, em si, não é o problema, mas também não será uma solução para os embargos que afligem a classe trabalhadora brasileira. Distopicamente, os pequenos confortos que o 5G trará poderão servir de substrato (ou distração) para o acirramento da vigilância, da subserviência a interesses imperialistas e da superexploração do trabalho que caracterizam a fase neoliberal do capitalismo no Brasil. Afinal, as empresas privadas envolvidas na expansão do 5G - e os Estados aos quais elas se aliam - não se movem pelo desejo abnegado de inovar, mas são impulsionadas pela sanha de acumular.

E, enquanto a acumulação de capital, e não a satisfação das necessidades humanas, for o objetivo último de nossa forma social, sempre será preciso estar atento e forte: atento ao contexto socioeconômico perverso em que os novos avanços tecnológicos se inserem; e forte para ousar construir uma alternativa política na qual a tecnologia, presente e futura, esteja a serviço de quem de fato trabalha para produzi-la.

ESPAÇO CULTURAL

A IMPORTÂNCIA DO PRÊMIO JABUTI DE LITERATURA



Foto: Janine Moraes - Ministério da Cultura 2014

Por Gideão Feliciano

O Prêmio Jabuti, a mais relevante premiação voltada à produção literária do país, iniciou-se por volta de 1958, idealizado e organizado pela Câmara Brasileira do Livro (CBL). A primeira edição aconteceu em 1959, tendo Jorge Amado como vencedor do prêmio Romance do Ano com "Gabriela, Cravo e Canela". Tem como símbolo e nome Jabuti graças ao momento político e cultural da época, marcado pelo modernismo e pelo nacionalismo, além do complicado cenário editorial. O Jabuti ganha a preferência por suas representações, a principal delas como um personagem que supera outros mais fortes e, vagaroso, porém sagaz, supera as dificuldades e alcança seu objetivo.

O prêmio destaca-se por sua abrangência, não apenas premiando os produtos culturais e seus autores, mas os outros profissionais que trabalham no processo de criação. Atualmente, projetos relacionados ao fomento à leitura e à divulgação da literatura nacional no exterior também têm ganhado espaço. Veremos adiante como dá-se essa abrangência e sua importância.

Com o intuito de modernizar-se e aproximar-se ainda mais do público leitor e do mercado editorial, visando ratificar sua posição como a premiação literária de maior impacto nacional, o Jabuti passou por repaginação e troca de curadoria nos últimos quatro anos. Nesta sexagésima terceira edição, está dividido em quatro eixos, cada um com categorias es-

pecíficas: **Eixo Literatura** – Conto, Crônica, Histórias Em Quadrinhos, Infantil, Juvenil, Poesia, Romance de Entretenimento, Romance Literário; **Eixo Não Ficção** – Artes, Biografia, Documentário e Reportagem, Ciências, Ciências Humanas, Ciências Sociais, Economia Criativa; **Eixo Produção Editorial** – Capa, Ilustração, Projeto Gráfico, Tradução; **Eixo Inovação** – Fomento à Leitura, Livro Brasileiro Publicado no Exterior.

A premiação Livro do Ano é concedida à obra com a maior nota entre as categorias do eixo Literatura e Não Ficção. A premiação em dinheiro é de cem mil reais para o livro do ano, e de cinco mil para cada vencedor das categorias dos quatro eixos, além do troféu do Prêmio Jabuti.

Atualmente e de forma consciente, o prêmio tem como jurados, em algumas categorias, influenciadoras digitais que trabalham com literatura e leitura. Essas influenciadoras têm como objeto a literatura, e o nicho de público é composto majoritariamente por leitores e escritores. Entre elas estão a Tamy Ghannam, que atua no canal "Literatammy" e no Instagram, além do site próprio; Amanda Prado, do "Raposisses", um canal literário no Youtube; e Flávia Scherner, do canal "Fafá Conta História", como parte do júri da sexagésima terceira edição do prêmio.

Ainda que todas estejam conectadas à academia, elas desenvolvem seu trabalho com a literatura

para além dela e nos moldes mais atuais de divulgação e interação: as mídias sociais. Isso demonstra a modernização e a aproximação do prêmio ao público leitor de uma forma mais abrangente, também seguindo o fluxo da mudança nas formas de divulgação de ideais entre os diferentes públicos.

Na pandemia, houve um aumento de 39% no número de leitores e de compras de livros em relação a 2020, segundo o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL); porém, entre 2015 e 2019, segundo dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, o país perdeu cerca de 4,6 milhões de leitores, representando uma queda de 56% para 52% da população, sendo 48% a média de não-leitores. Ademais, em 2020 existia a proposta de taxação de livros a partir da reforma tributária proposta por Paulo Guedes, que recuou em 2021. Ainda a esse cenário, deve-se adicionar os ataques à produção científica e ao setor cultural por parte do Presidente da República, Jair Bolsonaro, e seus apoiadores.

Diante disso, há de se pensar sobre a importância dessa premiação: o Prêmio Jabuti fortifica o campo literário e editorial nacional, dando aos sujeitos que o constroem, em suas diferentes esferas, reconhecimento e incentivo. Este conjunto faz com que o campo esteja sempre em movimento, e assim, atualizando-se, desenvolvendo novas e repaginando formas já consagradas de se fazer literatura no seu sentido mais amplo. A premiação dá respaldo ao campo literário nacional frente à disputa com produtos internacionais do mesmo ramo, para os consumidores nacionais principalmente. Graças à sua abrangência, esse incentivo e reconhecimento estende-se da literatura de ficção à literatura científica, importantíssima na atual e sensível conjuntura anticiência brasileira.

Segundo as contribuições dos Estudos Culturais, representar é atribuir sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos; por conseguinte, os diversos tipos de literatura escrita estão como produtos culturais dentro de arena de significação da realidade. Assim, a premiação, ao dar visibilidade a novos escritores nacionais, além de contribuir para o fazer da literatura brasileira, contribui para a multiplicidade de significações da realidade atual.

Terry Eagleton (1978, 2011), na obra *Marxismo e Crítica Literária*, versa sobre a obra de arte e a literatura como uma mercadoria, que, dentre outras, tem seu mercado e suas regras de produção e consumo. Ele diz, acompanhando Walter Benjamin e Bertolt Brecht, que é possível ver a literatura como "uma atividade social e econômica que existe a par de outras formas semelhantes, e se interrelaciona com elas".

Como já exposto, o eixo Produção Editorial da premiação demonstra na prática essa afirmação e ilustra um dos aspectos que conformam a importância do Prêmio Jabuti: incentivar e laurear uma das esferas da elaboração e da confecção do produto final, que é, em boa medida, desconhecida pela

maioria dos consumidores. Com a premiação vem o reconhecimento e, em partes, o conhecimento por um público que está alheio a esses aspectos. A relevância disso está no caráter político que cada esfera do processo contém, seja na forma ou no conteúdo, que influenciam e são influenciados por fatores ligados ao mercado editorial e aos desenvolvimentos artísticos e técnicos de cada parte do processo de produção das obras.

Em sequência, vale ressaltar o eixo Inovação, em sua categoria Fomento à Leitura, que propicia abertura e visibilidade também a projetos mais voltados à e produzidos pela classe trabalhadora. É interessante pensar nas indagações que Terry Eagleton levanta no livro "Teoria da Literatura – uma introdução": os juízos de valor sobre a literatura são variáveis historicamente e no espaço, tendo forte relação com as estruturas sociais. Para além disso, "eles se referem, em última análise, não apenas ao gosto particular, mas aos pressupostos pelos quais certos grupos sociais exercem e mantêm o poder sobre outros", afirma Eagleton. Sendo a premiação a valoração da produção literária, a nomeação de tais projetos pode redundar em possibilidades de ampliação desses e inspiração para outros projetos.

Nesse sentido, tem-se como exemplo atualíssimo o livro "Das Ruas Para As Escolas, Das Escolas Para As Ruas: Slam Interescolar-SP", organizado pelo escritor Emerson Alcalde, ganhador da categoria Fomento à Leitura do eixo Inovação, que representa o percurso do projeto iniciado em 2015 como um campeonato anual de poesia falada, abrangendo alunos do Ensino Fundamental 2 e do Ensino Médio da rede pública da cidade de São Paulo. Nesse projeto, incentiva-se a leitura e a escrita; contudo, em 2021 não foi contemplado por nenhum edital público ou privado graças a seu caráter, e assim, a edição foi viabilizada a partir de doações e rifas.

Existem pontos negativos nesse contexto, como a ratificação de certos juízos de valor historicamente construídos pela burguesia via aparelho ideológico - a academia, em relação à literatura como produto cultural; entretanto, a busca pela aproximação do sujeito consumidor/leitor às obras literárias atuais como um todo, num cenário sensível como anteriormente exposto nos índices de leitura, contribui para o pensamento crítico da classe trabalhadora, já que muitas das obras são avançadas ideologicamente neste sentido.

Assim corrobora Terry Eagleton (1978, 2011) ao falar de Lukács: que as obras apreendem o movimento de sua época, em certa medida, pois dão aos sujeitos consumidores mais uma opção de significação da realidade, que entra em disputas com outras veiculadas por meios adversos.

MARIA WERNECK DE CASTRO



Por Camila Oliver

Maria Moraes Werneck de Castro nasceu no Rio de Janeiro, em 8 de outubro de 1909. Era advogada, procuradora da Caixa Econômica Federal e militante comunista brasileira. Casou-se com o jornalista, professor e também advogado e militante comunista, Luís Werneck de Castro, com quem teve quatro filhos.

A sua atuação política teve início, em 1930, com o ingresso na Faculdade de Direito, militando em organizações como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e a União Universitária Feminina:

Como toda jovem que se interessa pelo progresso e que busca um caminho, passei a participar dentro da universidade de movimentos como o "Progresso Feminino" e a "União Universitária Feminina". Mais tarde, comecei a perceber que essas agremiações tinham um caráter muito elitista e não me satisfaziam, pois não abordavam problemas que diziam respeito à grande massa de mulheres deste país. Aí sobreveio em mim a preocupação de que havia alguma coisa nova, diferente da "simples política". [1]

Na busca por essas outras faces da luta, durante a ascensão do fascismo na Europa, Maria Werneck filiou-se à Liga Antifascista, participando do congresso promovido em agosto de 1934, no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro.

Em março do ano seguinte, foi criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma frente de oposição nacional que se situava também na luta contra o fascismo, o impe-

rialismo, o latifúndio e a exploração. Assim, Maria vinculou-se à ANL a partir das lutas das mulheres.

Percebendo que os movimentos feministas a que pertencia restringiam-se apenas à conquista do voto, ela fundou, em 1935, juntamente com Armanda Álvaro Alberto, Eugênia Álvaro Moreira e um grupo de mulheres, a União Feminina do Brasil (UFB), movimento ligado à ANL:

Exatamente, foi em 1935, época em que a Aliança Nacional Libertadora ganhava força em todo país, que eu percebi o elitismo desses movimentos, que só brigavam pelo voto feminino, ocorrido em 34, mas que não se preocupavam em analisar o problema da pobreza, dos salários da mulher. Logo, os problemas da mulher camponesa e da mulher operária não eram sequer tratados. [2]

Em agosto daquele ano, filiou-se à Aliança Popular por Pão, Terra e Liberdade, a qual dava continuidade à ação da ANL, que estava na clandestinidade.

Com o esfacelamento da ANL, Maria Werneck foi presa no dia 19 de dezembro de 1935, processada como uma das cabeças do movimento, e em janeiro de 1936 foi demitida da Caixa Econômica. Em entrevista ao jornal do Partido Comunista Brasileiro, *Voz da Unidade*, descreveu sua experiência na cela 4 do pavilhão dos primários no presídio da rua Frei Caneca, onde esteve presa com Nise da Silveira, Beatriz Bandeira, Eneida de Moraes, dentre outras, que assistiram à chegada àquele local da alemã Olga Benário Prestes, companheira de Luís Carlos Prestes, grá-

vida de sete meses:

Quando fui presa, Olga ainda não se encontrava lá. Nós, as mulheres, ficávamos na cela 4 do pavilhão dos primários do presídio Frei Caneca. Meses depois, quando Prestes foi preso, em março, foi também transferida para lá sua mulher Olga, grávida de 7 meses.

Uma bela noite, quando Olga estava sentindo muitas dores e como praticamente não existia atendimento adequado, fizemos um barulhão para que ela fosse atendida. Nessa hora apareceu um tal de Müller, que era inclusive homem da sociedade carioca, dizendo que ela seria transferida para um hospital. Como desconfiávamos de tudo, pedimos para acompanhá-la. Fui então escolhida eu e Manuel Campos da Paz, que era médico e que também estava preso. Quando chegamos embaixo, eu e Olga já não encontramos mais o Manuel e aí comecei a suspeitar. Quando o carro chegou mandaram Olga entrar e disseram: "A senhora fica." Eu tentei reagir alegando a promessa do tal do Müller, mas não adiantou. Enfiaram uma me-tralhadora em minhas costelas e eu fiquei de "braços e mãos atadas". Já não podia fazer mais nada. E ela foi expulsa do país diretamente para as mãos da Gestapo.

Em julho de 1937, Maria Werneck foi julgada pelo Tribunal de Segurança Nacional e, muito embora tenha dispensado a defesa por considerar aquele tribunal ilegal e arbitrário, foi absolvida e solta. O seu marido, Luís Werneck de Castro, foi libertado pela chamada "macedada" — soltura de alguns presos por ordem do ministro da Justiça, José Carlos Macedo Soares, após sua visita aos presídios. Em seguida, Luís e Maria Werneck passam a trabalhar no

auxílio jurídico a presos políticos, chegando a libertar 18 dos seus camaradas da prisão.

Pela atuação do casal na defesa dos presos políticos, foram ameaçados por Filinto Müller e desta maneira, às vésperas da decretação do Estado Novo, o casal partiu para São Paulo e em seguida exilou-se na Argentina, por cerca de um ano.

Com a anistia em 45 e Prestes na rua (como ela mesma cita em entrevista ao Voz da Unidade), Maria Werneck, já marxista, filia-se ao Partido Comunista. Com a ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro, em 1947, seguiu, junto com o marido, atuando no Movimento Unitário dos Trabalhadores e Intelectuais - MUTI. A militante comunista considerou os anos 1945, 1946 e 1947 como: "um grande gole de liberdade. Um gole que apenas aguçou mais a nossa sede".

Após o golpe burgo-militar de 31 de março de 1964, o casal afastou-se da atividade política. E, após a morte de Luís Werneck de Castro em 1979, Maria fixou residência em Goiânia, retornando ao Rio de Janeiro no início dos anos 1980. Em 1988, publicou o livro Sala 4: primeira prisão política feminina, no qual narra sua vida e de suas companheiras de cela no presídio Frei Caneca.

Maria Morais Werneck de Castro faleceu, no Rio de Janeiro, no dia 6 de abril de 1994.

[1] VOZ DA UNIDADE, Maria Werneck de Castro: um testemunho, um exemplo, uma bela história, seção depoimento, entrevista por Marco Antônio Coelho Filho, ano 1, nº 39, 30/01 a 05/02/1981, p. 6.

[2] IDEM

